

# ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA 2019 – HERITAGE FOUNDATION

Versão resumida  
Tradução: Instituto Monte Castelo

## O ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA AOS 25

O que faz uma economia crescer e prosperar? Desde a sua criação em 1995, o Índice de Liberdade Econômica tem fornecido evidências poderosas de que a liberdade econômica, medida no Índice por fatores relacionados ao estado de direito, governo limitado, eficácia judicial e mercados abertos, é a resposta para essa questão simples, mas profundamente influentes.

Nações com graus mais elevados de liberdade prosperam porque capitalizam de forma mais abrangente a capacidade dos indivíduos de inovar e progredir quando livres da mão pesada da regulação governamental e da tributação. O sistema de livre mercado a alocação eficiente de recursos e gera um ambiente dinâmico que maximiza a escolhas disponíveis para trabalho e consumo.

A liberdade em si é um valor importante, e a liberdade econômica é um mecanismo vital para gerar a riqueza que torna possível a ampla gama das importantes conquistas econômicas e sociais pelas quais medimos o avanço da sociedade humana.

## A ASCENSÃO DA LIBERDADE ECONÔMICA GLOBAL

Nos últimos 25 anos, a média global na pontuação de liberdade econômica aumentou em 3,2 pontos, com um número significativo de países se integrando às fileiras daqueles considerados pelo menos “moderadamente livres”. A pontuação média global de liberdade econômica no Índice de 2019 é de 60,8, o terceiro maior nível nos 25 anos de história do Índice. Isso representa um aumento de 5,6% na liberdade econômica global a partir de 1995 - ganho notável, particularmente considerando o fato de que a queda da União Soviética e a rejeição do comunismo por seus satélites europeus acontecera cinco anos antes de o Índice ser produzido pela primeira vez. O avanço da liberdade econômica nos últimos 25 anos tem sido firme e intencional em vez de revolucionário ou convulsivo.

A causa da liberdade econômica global avançou desde 1995, e na sua esteira chegou uma prosperidade global sem precedentes. A economia mundial cresceu durante os últimos 25 anos de cerca de US \$ 39,2 trilhões para bem mais de US \$ 80 trilhões, trazendo um melhor padrão de vida para bilhões de pessoas. Países que se abriram para a competição global, que incentiva a produtividade, e adotaram os princípios de governo limitado, eficiência regulatória e estado de direito experimentaram crescentes explosões de crescimento, prosperidade e desenvolvimento socioeconômico.

Em 2019, os resultados do Índice mostram claramente que os princípios e lições da liberdade econômica têm sido amplamente compreendidos, aceitos e implementados na prática por um número significativo de países em todo o mundo. De fato, existem provas convincentes de que a liberdade econômica e a prosperidade econômica andam de mãos dadas. Para os relativamente poucos países que continuam a seguir o caminho da centralização ou do socialismo, as consequências se tornaram logo aparentes em seu desempenho econômico vacilante e uma correspondente queda em suas classificações no Índice.

Certamente, houve retrocessos para a liberdade econômica nos últimos 25 anos. Alguns deles foram muito severos, como nos rescaldos da crise financeira asiática de 1997 e a turbulência financeira global de 2018. No entanto, os países que reconheceram os limites do governo e mantiveram o compromisso de sustentar a liberdade econômica obtiveram as recompensas tangíveis da rápida recuperação econômica e do dinamismo renovado. Por outro lado, aqueles que renunciaram à liberdade econômica com políticas míopes intervencionistas e populistas prolongaram a crises e caíram na armadilha da estagnação econômica e maior incerteza.

Os exemplos reais, dentro do Índice, das consequências da ascensão e queda da liberdade em países ao redor do mundo afirmam inequivocamente que a prosperidade econômica não é um direito nacional inato. Economias ricas podem cair na estagnação auto-infligida muito rapidamente, enquanto as nações subdesenvolvidas e sofridas pode ascender da pobreza à dinamicidade econômica em questão de anos.

## **O PROGRESSO INERENTE AOS QUATRO PILARES DA LIBERDADE ECONÔMICA**

Como o Índice documentou, a variável mais importante na sustentação do dinamismo e da riqueza das nações é a liberdade econômica, que na realidade diz respeito à dispersão do poder econômico e à tomada de decisões em uma economia e - mais importante - à capacitação de pessoas comuns com maior oportunidade e mais escolhas. Mais especificamente, a prosperidade é o resultado de um compromisso persistente com baixas taxas de impostos, estabilidade monetária, governos limitados, direitos sólidos de propriedade privada, abertura ao comércio global e aos fluxos financeiros, e regulações sensatas. Juntos, esses fatores capacitam o indivíduo e induzem a atividade empreendedora dinâmica.

As descobertas do Índice nas últimas duas décadas e meio validaram um certo número de ramificações em políticas, incluindo:

- A propriedade privada e a proteção de empresas livres pelo estado de direito encorajam o esforço e a iniciativa muito mais do que o coletivismo e o socialismo.
- Governos que dominam a economia de seus países tendem a empobrecer os cidadãos por meio da estagnação econômica.

- A concorrência, facilitada pela regulamentação geral da eficiência regulatória, promove maior produtividade e uma alocação mais eficiente de recursos do que o planejamento central.
- Países que adotaram e praticaram políticas de mercado aberto nos domínios do comércio, investimento e no setor bancário se dão melhor do que aqueles que são protecionistas ou que evitam ligações econômicas com outros.

A implementação de políticas que abordam esses quatro aspectos entrelaçados efetivamente cria um ambiente empresarial que incentiva soluções práticas para uma ampla gama de desafios econômicos e sociais que são enfrentados pela maioria das sociedades do mundo.

O sistema de livre mercado, que está enraizado na liberdade econômica, tem alimentado um crescimento econômico e um desenvolvimento sem precedentes ao redor do mundo. Contudo, avanços na liberdade econômica não ocorreram uniformemente em todas as facetas medidas no Índice.

O crescimento da liberdade econômica global foi impulsionado principalmente pelos avanços nas políticas relacionadas com o governo limitado e com a abertura de mercado e, em menor grau, por ganhos de eficiência. Desde 1995, os países interessados em melhorar seu desempenho econômico - e suas classificações no Índice - se engajaram em uma espécie de competição para adotar taxas de impostos mais baixas, eliminar regulamentações onerosas, domar a inflação, promover o livre comércio e abrir seus mercados para investimentos maiores.

Por outro lado, a ausência de progresso no avanço do estado de direito é alarmante. A maioria dos países do mundo pontua abaixo de 50 nos três fatores relacionados a este crucial aspecto institucional da liberdade econômica, com pioras significativas aparentes no comprometimento dos governos com melhoria dos direitos de propriedade, na eficácia judicial e na integridade do governo.

O estado de direito, especialmente para países em desenvolvimento, continua a ser o mais importante pilar da liberdade econômica na implantação de fundações para o crescimento econômico; em economias avançadas, desvios do estado de direito podem ser os primeiros sinais de problemas sérios que vão levar ao declínio econômico.

Há muitas evidências de que o estado de direito é um fator central para fortalecer os indivíduos, abolir a discriminação e incentivar a competição. No esforço sem fim para melhorar a condição humana e alcançar maior prosperidade, o Índice demonstrou nos últimos 25 anos que políticas que promovem o estado de direito podem muito bem reivindicar precedência sobre outros objetivos desejáveis.

### **DESTAQUES POSITIVOS E NEGATIVOS**

Globalmente, 132 países melhoraram a sua pontuação de liberdade econômica em relação ao primeiro ano em que foram classificados no Índice, enquanto 47 países registraram declínio. Mais notavelmente, 15 países em desenvolvimento em todo o mundo que foram classificados como "reprimidos" no primeiro ano em que foram classificados no Índice saltaram para a os grupos dos "moderadamente livres" ou

“majoritariamente livres”. Este é um grupo significativamente diverso geograficamente e economicamente, abrangendo países africanos, da Europa Oriental e membros da antiga União Soviética.

É também notável que os estados bálticos têm tentado seguir o exemplo de Hong Kong e Singapura como pequenas nações que se abrem ao capital e à concorrência, e eles têm prosperado grandemente por causa disso. Estônia, Letônia e Lituânia, que se tornaram economias “majoritariamente livres”, reformaram suas economias, encolheram o tamanho de seus governos, abriram seus mercados, e deixaram os talentos de seus povos emergirem.

No outro extremo da escala, três países - Bolívia, Equador e Venezuela - caíram para o grupo dos “reprimidos” ao longo dos últimos 25 anos. Essas economias foram classificadas em patamares mais elevados nos primeiros anos, mas desde então têm consistentemente perdido sua liberdade econômica.

As economias dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) mostraram pouco ou nenhum progresso na liberdade econômica. Todas elas são economicamente “majoritariamente não-livres”. A pontuação da África do Sul caiu, levando o país a abandonar o status de “moderadamente livre” em o índice 2019 pela primeira vez.

Apesar do progresso global desde 1995, o número de pessoas que vivem em países economicamente livres permanece muito alto: 4,5 bilhões, ou cerca de 65% da população mundial. Mais da metade dessas pessoas vive em apenas dois países: China e Índia. Mesmo naqueles países, no entanto, ganhos significativos em liberdade ao longo dos anos (6,4 pontos para a China e 10,1 pontos para a Índia) ajudaram centenas de milhões de pessoas a escapar da pobreza.

## **O ÍNDICE ALÉM DOS 25: HORA DE MANTER O CURSO**

Não é por acaso que o aumento da liberdade econômica nos últimos 25 anos tem coincidido com uma redução massiva da pobreza, das doenças e da fome no mundo. A ligação entre liberdade econômica e desenvolvimento é inequívoca: pessoas em sociedades economicamente livres vivem mais tempo. Elas têm uma saúde melhor. Elas são capazes de ser melhores administradoras do meio ambiente e expandem as fronteiras das conquistas humanas em ciência e tecnologia por meio de uma inovação maior.

Um tema recorrente da história humana tem sido a resiliência o renascimento. Como o Índice mostrou nos últimos 25 anos, a economia livre sustentada pelo capitalismo de livre mercado permitiu que os países crescessem, se desenvolvessem e prosperassem. Nenhum outro sistema que tenha sido tentado chegou perto em termos de fornecer prosperidade sustentada.

Talvez a lição mais crítica dos 25 anos de história do Índice é que a superioridade e o valor da liberdade econômica devem ser ensinados para cada nova geração de líderes políticos, seja pelos seus pares que viveram em sistemas menos livres e tempos menos livres, seja pelo seus próprios cidadãos, que entendem instintivamente que quando os indivíduos são autorizados a decidir por si mesmos a melhor maneira de perseguir seus sonhos e aspirações, suas conquistas coletivas podem somar uma sociedade melhor para todos.

Ainda é cedo para saber como os próximos anos vão se desenrolar. No entanto, se os últimos 25 anos são um guia, é seguro prever que os países que encontrarem a vontade política para avançar a liberdade econômica vão ver seus cidadãos prosperar muito nos próximos anos.

## **BRASIL**

A pontuação de liberdade econômica do Brasil é 51,9, o que torna sua economia a 150ª no Índice de 2019. A pontuação geral aumentou em 0,5 ponto, com melhorias na liberdade trabalhista e nos gastos do governo superando as perdas em efetividade judicial e integridade do governo. O Brasil se coloca como 27º entre os 32 países das Américas, e sua pontuação está abaixo das médias regional e mundial.

O governo federal inchado e excessivamente centralizado tem sufocado a liberdade econômica por décadas. É provável que a nova administração reduza barreiras ao investimento estrangeiro, priorize esforços para revitalizar o Mercosul, seja mais aberta para a Aliança do Pacífico (México, Chile, Colômbia e Peru) e prossiga com as políticas sólidas, pró-mercado da gestão anterior. É provável que uma reforma da Previdência seja aprovada em 2019 para reduzir o ritmo de crescimento dos gastos do governo, manter a sustentabilidade da dívida e reduzir as pressões inflacionárias. Taxas de juros e inflação menores vão auxiliar na recuperação.

## **LIBERDADES ECONÔMICAS**

### **ESTADO DE DIREITO**

O registro de hipotecas é desigual, e não há contrato padronizado. Apesar de amplamente independente, o Judiciário está sobrecarregado, é ineficiente e frequentemente sujeito à intimidação e a outras influências, especialmente nas áreas rurais. Escândalos de corrupção escândalos minaram a confiança nas instituições públicas e privadas, e contribuíram para o declínio de 17 pontos no Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional de 2017.

### **TAMANHO DO GOVERNO**

A taxa de imposto de renda pessoal é de 27,5%. A taxa corporativa padrão é de 15 por cento, mas outros impostos, incluindo um imposto sobre transações financeiras, elevam a taxa efetiva para 34 %. A carga tributária total é igual a 32,2 % do total da renda doméstica. Nos últimos três anos, os gastos do governo chegaram a 38,6% da produção (PIB) do país e os déficits tiveram uma média de 9,1% do PIB. A dívida pública equivale a 84,0% do PIB.

### **EFICIÊNCIA REGULATÓRIA**

Os obstáculos burocráticos são abundantes; iniciar ou expandir um negócio é caro e demorado. Regulamentações trabalhistas rígidas e antiquadas minam o crescimento do emprego e o custo de empregar um trabalhador é oneroso. Para reduzir sua dívida pesada, o governo tentou cortar subsídios por meio da eliminação dos controles de preços dos produtos da estatal Petrobras, mas protestos violentos em todo o país em 2018 forçaram uma reversão da política.

### MERCADOS ABERTOS

O valor combinado das exportações e importações é igual a 24,1% do PIB. A tarifa média aplicada taxa é de 8,0%. Em 30 de junho de 2018, de acordo com a OMC, o Brasil tinha 634 medidas não tarifárias em vigor. O investimento enfrenta a burocracia e obstáculos regulatórios. O setor financeiro é diversificado e competitivo, mas o envolvimento do governo permanece considerável, e os bancos públicos são responsáveis por mais de 50 por cento dos empréstimos ao setor privado.

## RANKING COMPLETO

Colocação	País	Pontuação
1	Hong Kong	90,2
2	Singapura	89,4
3	Nova Zelândia	84,4
4	Suíça	81,9
5	Austrália	80,9
6	Irlanda	80,5
7	Reino Unido	78,9
8	Canadá	77,7
9	Emirados Árabes Unidos	77,6
10	Taiwan	77,3
11	Islândia	77,1
12	Estados Unidos	76,8
13	Holanda	76,8
14	Dinamarca	76,7

15	Estônia	76,6
16	Geórgia	75,9
17	Luxemburgo	75,9
18	Chile	75,4
19	Suécia	75,2
20	Finlândia	74,9
21	Lituânia	74,2
22	Malásia	74
23	República Checa	73,7
24	Alemanha	73,5
25	Ilhas Maurício	73
26	Noruega	73
27	Israel	72,8
28	Catar	72,6
29	Coréia do Sul	72,3
30	Japão	72,1
31	Áustria	72
32	Ruanda	71,1
33	Macedônia	71,1
34	Macau	71
35	Letônia	70,4
36	Botsuana	69,5
37	Bulgária	69
38	Santa	68,7
39	Jamaica	68,6
40	Uruguai	68,6
41	Malta	68,6
42	Romênia	68,6
43	Tailândia	68,3
44	Chipre	68,1



45	Peru	67,8
46	Polônia	67,8
47	Armênia	67,7
48	Bélgica	67,3
49	Colômbia	67,3
50	Panamá	67,2
51	Kosovo	67
52	Albânia	66,5
53	Jordânia	66,5
54	Bahrein	66,4
55	São Vicente e Granadinas	65,8
56	Indonésia	65,8
57	Espanha	65,7
58	Eslovénia	65,5
59	Cazaquistão	65,4
60	Azerbaijão	65,4
61	Costa Rica	65,3
62	Portugal	65,3
63	Brunei	65,1
64	Hungria	65
65	Eslováquia	65
66	México	64,7
67	Barbados	64,7
68	Turquia	64,6
69	Sérvia	63,9
70	Filipinas	63,8
71	França	63,8
72	Dominica	63,6
73	Cabo Verde	63,1
74	Butão	62,9



75	Marrocos	62,9
76	Bahamas	62,9
77	Guatemala	62,6
78	Costa do Marfim	62,4
79	Quirguizistão	62,3
80	Itália	62,2
81	Fiji	62,2
82	Samoa	62,2
83	Bósnia e Herzegovina	61,9
84	El Salvador	61,8
85	Paraguai	61,8
86	Croácia	61,4
87	Seicheles	61,4
88	Omã	61
89	República Dominicana	61
90	Kuwait	60,8
91	Arábia Saudita	60,7
92	Montenegro	60,5
93	Honduras	60,2
94	Tanzânia	60,2
95	Uganda	59,7
96	Burkina Faso	59,4
97	Moldávia	59,1
98	Rússia	58,9
99	Namíbia	58,7
100	China	58,4
101	Papua Nova Guiné	58,4
102	África do Sul	58,3
103	Mali	58,1
104	Bielorrússia	57,9

105	Camboja	57,8
106	Grécia	57,7
107	Nicarágua	57,7
108	Tonga	57,7
109	Gana	57,5
110	Laos	57,4
111	Nigéria	57,3
112	Trinidad e Tobago	57
113	Guiana	56,8
114	Madagascar	56,6
115	Sri Lanka	56,4
116	Vanuatu	56,4
117	Senegal	56,3
118	Gabão	56,3
119	Mauritânia	55,7
120	Guiné	55,7
121	Bangladesh	55,6
122	Tadjiquistão	55,6
123	Belize	55,4
124	Ilhas Comores	55,4
125	Tunísia	55,4
126	Mongólia	55,4
127	Benim	55,3
128	Vietnã	55,3
129	Índia	55,2
130	Quênia	55,1
131	Paquistão	55
132	Suazilândia	54,7
133	Ilhas Salomão	54,6
134	São Tomé e Príncipe	54

135	Guiné-Bissau	54
136	Nepal	53,8
137	Etiópia	53,6
138	Zâmbia	53,6
139	Mianmar	53,6
140	Uzbequistão	53,3
141	Maldivas	53,2
142	Lesoto	53,1
143	Haiti	52,7
144	Egito	52,5
145	Camarões	52,4
146	Gâmbia	52,4
147	Ucrânia	52,3
148	Argentina	52,2
149	Micronésia	51,9
<b>150</b>	<b>Brasil</b>	<b>51,9</b>
151	Níger	51,6
152	Afeganistão	51,5
153	Malauí	51,4
154	Líbano	51,1
155	Irã	51,1
156	Angola	50,6
157	Dem. Rep. Congo	50,3
158	Togo	50,3
159	Chade	49,9
160	Libéria	49,7
161	República Centro-Africana	49,1
162	Burundi	48,9
163	Moçambique	48,6
164	Turquemenistão	48,4

165	Suriname	48,1
166	Sudão	47,7
167	Serra Leoa	47,5
168	Kiribati	47,3
169	Djibuti	47,1
170	Equador	46,9
171	Argélia	46,2
172	Timor-Leste	44,2
173	Bolívia	42,3
174	Guiné Equatorial	41
175	Zimbábue	40,4
176	República do Congo	39,7
177	Eritreia	38,9
178	Cuba	27,8
179	Venezuela	25,9
180	Coreia do Norte	5,9